



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NO CENTRO JURÍDICO SOCIAL DA UNESP: CONTRIBUIÇÕES DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO LABJUS

NAYARA HAKIME DUTRA¹

ANA CAROLINA DE SOUZA²

THAÍS VIANA FIGUEIRA³

ADRIANA GIAQUETO JACINTO⁴

RESUMO

Este trabalho sintetiza as experiências vivenciadas na curricularização da extensão universitária, suas conquistas e desafios, considerando as contribuições do “Laboratório Sociojurídico: acesso à justiça” (LABJUS), desenvolvido na Unidade Auxiliar “Centro Jurídico Social” (UACJS) da UNESP, neste processo formativo. A proposta emerge como possibilidade de desenvolvimento de atividades de formação com discentes dessa universidade pública em horários que propiciem a sua participação para além daqueles que atuam como estagiários na UACJS, e a socialização com a comunidade. Trabalharam-se questões relacionadas ao contexto interdisciplinar no campo sociojurídico, acesso à justiça e processos de trabalho, contando com profissionais de Serviço Social e Direito.

Palavras-chave: direitos sociais; campo sociojurídico; extensão universitária; serviço social.

ABSTRACT

This work synthesizes the experiences gained in the curricular integration of university extension programs, highlighting their achievements and challenges, while considering the contributions of the 'Sociolegal Laboratory: Access to Justice' (LABJUS), developed at the Auxiliary Unit 'Social Legal Center' (UACJS) of UNESP, within this formative process. The proposal emerges as an opportunity to develop training activities with students of this public university at times that allow for their participation beyond those who serve as interns at UACJS, and to foster interaction with the community. The work focused on issues related to the interdisciplinary context in the

¹ Universidade Estadual Paulista

² Universidade Estadual Paulista

³ Universidade Estadual Paulista

⁴ Universidade Estadual Paulista

sociolegal field, access to justice, and work processes, involving professionals from Social Work and Law School.

Keywords: social rights; sociolegal field; university extension; social work.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho sintetiza parte das atividades realizadas no âmbito do projeto de extensão intitulado “Laboratório Sociojurídico: acesso à Justiça (LABJUS)” que tem como objetivo viabilizar, por meio da curricularização da extensão universitária, a aproximação da população acadêmica da Universidade Estadual Paulista (UNESP) à Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social (UACJS).

Sabe-se que a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, do Conselho Nacional da Educação, estabelece as diretrizes para a extensão no ensino superior e aprova o Plano Nacional de Educação (2014-2024). Ao tratar da extensão universitária, a Resolução traz o seguinte:

Art. 2º As Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira regulamentam as atividades acadêmicas de extensão dos cursos de graduação, na forma de componentes curriculares para os cursos, considerando-os em seus aspectos que se vinculam à formação dos estudantes, conforme previstos nos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDIs), e nos Projetos Políticos Institucionais (PPIs) das entidades educacionais, de acordo com o perfil do egresso, estabelecido nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) e nos demais documentos normativos próprios.

Ao regulamentar as atividades acadêmicas de extensão no ensino superior, a Resolução também compreende a extensão enquanto componente curricular dos cursos, vinculando-a aos currículos de graduação e orientando que a extensão esteja inserida nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs). Assim, a extensão universitária é *locus* privilegiado para ações que constroem a unidade entre a universidade e a comunidade com a qual as ações são realizadas, em uma perspectiva dialógica, permitindo compreender e buscar conjuntamente com a população o que ela necessita a partir da sua realidade concreta.

Cumprir frisar que, segundo o Art. 4º da referida Resolução, “as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos” (Brasil, 2018). Dessa forma, a composição da extensão universitária enquanto carga horária curricular implica



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

em mudanças nos PPPs em formatos das ações de extensão, posto que aqueles que ingressaram na universidade a partir dos anos de 2023 e 2024 devem, necessariamente, cumprir uma carga horária mínima dos cursos com as atividades relacionadas às extensões universitárias, tornando-se um condicionante da formação.

Não obstante, a Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) da UNESP, pertencente à área das Ciências Sociais Aplicadas, tem um processo histórico de extensões que trabalham diretamente com a comunidade e que possuem uma troca benéfica tanto para a sociedade quanto para a universidade enquanto espaço de formação profissional. Nesse contexto, a UACJS, na qualidade de campo de estágio supervisionado em Direito e Serviço Social da universidade, presta assistência sociojurídica gratuita à população da comarca de Franca/SP e região e vem proporcionando aos estudantes a oportunidade de experimentar o que a extensão oferece, adquirindo um olhar e uma ação crítica diferenciada com a comunidade na perspectiva de viabilizar o seu acesso aos direitos sociais.

Esse espaço [UACJS] proporciona o desenvolvimento da interdisciplinaridade entre ambas as áreas do saber, partindo do pressuposto de que a articulação de saberes jurídicos e técnico-sociais é imprescindível à formação profissional dos estudantes, assim como é fundamental no atendimento às demandas dos(as) usuários(as) e suas famílias numa perspectiva de totalidade (Figueira e Silva, 2024, p. 2).

Assim sendo, a referida unidade auxiliar se constitui em uma estrutura de suporte acadêmico para os cursos de Direito e Serviço Social da FCHS, que tem como princípios a otimização de recursos para o desenvolvimento pleno de atividades de ensino em nível de graduação e pós-graduação, pesquisa e extensão universitária. Além disso, é um importante campo de estágio para as respectivas áreas do saber, uma vez que o estágio supervisionado é componente curricular obrigatório para ambos os cursos e pode ser realizado nesse espaço sócio-ocupacional. O estágio em questão tem um diferencial, pois há o acompanhamento social em conjunto com o saber jurídico, sendo as ações estudadas pela equipe técnica e debatidas com os estagiários e professores colaboradores por meio de supervisões individuais e coletivas, o que propicia a qualificação do processo de ensino-aprendizagem e a construção de conhecimentos acadêmico-científicos.

Os atendimentos prestados à população geram uma ampla base de dados e levantam problemáticas jurídicas e sociais vivenciadas pelos usuários atendidos, o que fomenta o desenvolvimento de pesquisas acerca das questões referentes ao acesso à justiça. Os temas



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

mais comuns são: acesso à justiça; inclusão; capacitismo; violência doméstica; violação de direitos das pessoas idosas; concessão de benefícios de natureza previdenciária; judicialização de direitos sociais; acesso à alimentação saudável; dentre outros temas relativos às famílias, crianças e adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência, questão social e formação profissional.

Vale ressaltar que a FCHS tem debatido a questão da curricularização da extensão, especialmente no que se refere à forma com que se estabeleceu enquanto obrigatoriedade. Contudo, ao se deparar com as necessidades de estudantes, os diversos projetos de extensão e os cursos de graduação buscaram alternativas em editais que a Reitoria da UNESP trouxe para o desenvolvimento de atividades de curricularização da extensão.

Dentre as estratégias pensadas, criou-se o LABJUS a fim de oportunizar à população experiências variadas para a compreensão dos seus direitos por meio de atividades desenvolvidas na UACJS, como, por exemplo, oficinas temáticas sobre direitos e cidadania e estendendo a presença da universidade pública na comunidade. Ademais, o referido projeto também tem como uma de suas metas a ampliação do acesso à UACJS, de forma com que todos os discentes dos cursos da FCHS possam vivenciar a unidade, pois esta desempenha papel de natureza essencial na formação dos alunos.

Assim, o LABJUS surge para atender a necessidade de uma ação concreta de curricularização da extensão universitária de maneira efetiva na comunidade e que envolve estudantes de graduação e de pós-graduação, objetivando colaborar para esse processo previsto na grade curricular.

2. DESENVOLVIMENTO

Conforme a introdução desta escrita, emerge a necessidade de desenvolvimento de ações extensionistas que possam atingir não somente estudantes que fazem estágio na UACJS, mas também aqueles que estão inseridos na universidade pública e têm interesse em se aproximar ao contexto sociojurídico na perspectiva de maior articulação com a população atendida e à comunidade em geral.

Portanto, ao elaborar o referido projeto para a extensão universitária no contexto sociojurídico houve a necessidade de compreender a realidade na qual a universidade se situava. Quais as demandas seriam necessárias observar para a extensão no contexto da UACJS? Como seriam realizadas as atividades de extensão? A equipe teria condições de desenvolver os

trabalhos? Seria interessante a interlocução com estudantes da pós-graduação? Como seriam as atividades extensionistas com estudantes de 1º e 2º ano?

Diante de tais inquietações, o projeto foi gestado, formulado, reformulado e submetido às exigências do Edital para concorrer ao financiamento da Pró-Reitoria de extensão da UNESP. A aprovação no Edital permitiu a concretização das atividades, com a participação ativa de estagiários bolsistas e profissionais da UACJS, com coordenação de docentes em projetos parceiros que contribuíram para a realização de atividades previstas no sistema de curricularização da universidade. Com isso, foram realizadas atividades nos períodos da manhã, tarde e noite a fim de possibilitar o acesso à extensão universitária nos diversificados projetos, cursos e oficinas propostos pela UACJS e nas atividades em parceria com a rede intersetorial do município de Franca /SP.

Os projetos nos quais o LABJUS realizou suas atividades foram aqueles existentes na unidade, tais como o “Caminhos da Justiça”, unidade móvel que se desloca aos bairros da cidade para realizar atividades de extensão universitária por meio de orientações socioeducativas e plantão sociojurídico, e o projeto Sarau Cultural, que trabalha temas de cidadania com a população e com discentes através de oficinas de musicoterapia que abordam os direitos sociais.

Esse processo demanda ações contínuas no tocante ao sistema, às avaliações das atividades, reuniões técnicas, reuniões de trabalho, à formação continuada e à execução das oficinas e atividades inerentes à curricularização da extensão por meio da UACJS.

O planejamento foi bastante diversificado, permitindo aos estudantes a participação no que mais se identificassem. Como resultado, foram realizadas as seguintes atividades:

- “Visita Institucional Assistida à UACJS”: ocasião na qual os estudantes puderam conhecer as instalações da Unidade Auxiliar e o contexto no qual o trabalho é executado. Participaram estudantes dos 1º e 2º anos dos cursos de Serviço Social e Direito.
- Oficina “Conhecendo o Trabalho Sociojurídico” ministrada por profissionais do Serviço Social e Direito que são servidoras técnicas da UACJS, que oportunizou aos estudantes conhecer o trabalho realizado pela unidade e os impactos na sociedade.
- Minicursos do “Laboratório de Estudos Sociais e Pareceres Técnicos” (LABESP): ministrados pelas profissionais do Serviço Social que têm como público-alvo estudantes de Serviço Social da UNESP. Foram importantes as reflexões acerca dos instrumentos

operativos na profissão, um momento significativo e que contribuiu para a formação profissional desses discentes.

- Minicursos do “Laboratório de Estudos e Peças Processuais” (LAEPP): realizados por profissionais do Direito que tiveram como público-alvo estudantes de Direito da UNESP. A importância desses minicursos é relativa ao processo de formação e ao aprimoramento profissional dos participantes.
- “Curso de Extensão em Direito da Seguridade Social e Direito Previdenciário”: desenvolvido por uma doutoranda do Programa de Pós-graduação em Direito da FCHS, composto por módulos que permitiram a aproximação e a compreensão da temática, com avaliações positivas de todos os participantes.
- Oficinas nos diversificados projetos da UACJS: Sarau Cultural, voltado para a reflexão sobre os direitos sociais por meio da cultura, em especial pela música; Caminhos da Justiça, com orientações através da ida da carreta da UACJS aos bairros do município com vistas ao atendimento sociojurídico em parceria com equipamentos da rede intersetorial; e atividades sobre a profissão de Serviço Social e da Profissão do Direito realizadas pelas profissionais de cada área.

Vale ressaltar que há impactos positivos decorrentes de tais processos de trabalho na interação entre universidade-sociedade. No contexto societário vigente, caracterizado por constantes violações de direitos, manter um *locus* de acesso à informação sobre direitos é bastante oportuno. Essa tem sido uma experiência certeira, constituindo-se enquanto um importante suporte à universidade no tocante ao seu papel na sociedade a partir o tripé ensino, pesquisa e extensão. No entanto, não se pode desconsiderar o aumento de atividades a serem realizadas pelos profissionais e estagiários da unidade, demandando, assim, maior qualificação a fim de atender as novas exigências do ensino superior.

Ademais, emerge a necessidade de ponderar a participação dos discentes trabalhadores. Referente a esse ponto, o documento da ABEPSS “Curricularização da extensão e Serviço Social”, de 2022, traz a discussão sobre estudantes trabalhadores, que são uma parcela significativa nas universidades, e direciona:

Neste sentido, é fundamental que os cursos tenham mapeamentos da realidade das/dos estudantes trabalhadoras/es podendo vinculá-los a atividades de extensão que garantam a sua efetiva participação. Para estas realidades, as estratégias devem dialogar com a realidade, sendo interessante avaliar uma possível

distribuição da carga-horária a ser cumprida antecedendo a inserção nos períodos em que se desenvolve estágio supervisionado considerando a dificuldade de mobilidade diária das/dos estudantes (Brasil, p.32, 2022).

Considerar a realidade dos discentes ao implementar a Política de Curricularização da Extensão Universitária faz-se crucial para proporcionar um ensino superior que seja cada vez mais acessível e alinhado às demandas da sociedade. É nesse contexto que a UACJS, por meio do LABJUS, considera necessário que o acesso à extensão se dê também por meio de projetos já existentes, ampliando as possibilidades de os estudantes adentrarem nessas atividades nos anos iniciais do curso, numa perspectiva de aproximação com a realidade social da comunidade.

Portanto, o LABJUS se instrumentaliza com oficinas, rodas de conversa, debates, exposições, dentre outros. Nos referidos projetos houve a participação efetiva de discentes da graduação e da pós-graduação, o que viabilizou como resultado a realização de pesquisas e publicações, além de abarcar cursos e eventos da área com a participação de todos os sujeitos envolvidos.

Vale ressaltar que o campo sociojurídico é um *lócus* em que a população atendida já esteve em diversos espaços nos quais os seus direitos foram negados na esfera administrativa, sendo que a orientação, as informações sobre direitos e o atendimento diferenciado, valorizando a demanda trazida por pessoas que necessitam do acompanhamento sociojurídico, são essenciais nesse contexto.

3. CONCLUSÃO

O contato com a realidade permite aos discentes o desenvolvimento da capacidade crítica, e as atividades realizadas beneficiam a população para o acesso aos seus direitos, além de ter se constituído como um espaço de construção da cidadania.

A extensão universitária oxigena a graduação e permite aos discentes adentrar na realidade com a perspectiva de ir para além dos muros da universidade e chegar até a comunidade, permitindo uma relação dialógica que traz benefícios tanto para discentes, como para docentes e para a comunidade, composta pela população e instituições a ela pertencentes.

Ainda assim os desafios são muitos, desde fatores como o tempo, o acesso, as implantações de extensões, como também a concepção de aprendizagem. Ainda se concebe o conhecimento como sendo transmitido, a sala de aula no sentido vertical, onde uma pessoa fala e



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

detém o conhecimento e, conseqüentemente, o poder, fazendo com que os demais escutem passivamente. Talvez esse seja um dos maiores desafios.

É preciso uma extensão na qual discentes possam estar junto à comunidade, numa construção coletiva, pois essa é, sem dúvidas, a melhor forma de se fazer extensão, ou seja, uma extensão sem uma obrigatoriedade, fator que pode ocasionar uma atividade mecânica e não com o intuito que a extensão e extensionistas devem ter enquanto concepção.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Curricularização da extensão e Serviço Social. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. Brasília, dezembro de 2022. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/curricularizacao-da-extensao-e-servico-social_final-202301261913054487670.pdf . Acesso em: 20/08/2024.

BRASIL. Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN72018.pdf . Acesso em: 19/08/2024.

FIGUEIRA, T. V. SILVA, J. F. S. O Laboratório de elaboração de Estudos Sociais e Pareceres Técnicos (LABESP): contribuições à formação profissional em Serviço Social. In: Anais do V Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: desafios contemporâneos da Universidade Estadual de Londrina/PR. Disponível em: <https://anais.uel.br/portal/index.php/conserdigeo/article/view/3603> . Acesso em: 19/08/2024.